



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT5 – Política e Economia da Informação

Estado de mediação: Autismo e a circulação da informação no Censo

State of mediation: Autism and the circulation of information in the Census

Fernanda Valle - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)

Marcia Quintslr - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ)

Gustavo Saldanha - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (IBICT/UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A quantificação e a caracterização das pessoas autistas constituem lacunas das estatísticas oficiais brasileiras diante da necessária mediação da informação voltada a esse público, perpassando instituições informacionais, Estado e sociedade civil. Preenchê-las é consistente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. No Brasil há mobilização para a investigação do autismo através do Censo Demográfico. O artigo, a partir de uma abordagem teórico-conceitual, analisa a pertinência desse mapeamento, considerando a complexidade da mediação, circulação e apropriação da informação estatística no escopo do *logos* informacional autista. Sustentam a análise, o enfoque crítico ontológico dos conceitos de “informe”, de Menezes, e de sujeito informacional, de Rendón Rojas. Discute-se a dimensão sociopolítica da constituição do ser autista dentro do universo da informação e, portanto, da necessária medição estatística, aqui inserida na macro-discussão da mediação informacional. Sob essa dimensão se associa às estatísticas a categoria de uso da informação “constitutivo da sociedade”, proposta por Braman. A noção de informação a partir de Dantas, Wilden e Vieira Pinto, bem como o pensamento crítico em demografia deste último, abarca a circulação e a apropriação social das estatísticas. Este complexo de abordagens e autorias conduz à metáfora-ferramenta “Estado de mediação” para discutir o “informe” da condição autista na *pólis*, permitindo identificar que o Censo requer complemento por outras fontes para a circulação de informação para propiciar a desejada visibilidade ao autismo ainda que imerso na macro representação política das existências.

Palavras-Chave: mediação; circulação; censo; população autista; ser informacional.

Abstract: The quantification and characterization of autistic people are gaps in the Brazilian official statistics in view of the necessary mediation of information for this public, through informational institutions, the State, and civil society. Filling these gaps is consistent with the Sustainable Development Goals of the United Nations Agenda 2030. In Brazil there is mobilization for the investigation of autism through the Demographic Census. The article, from a theoretical and conceptual approach, analyzes the relevance of this mapping, considering the complexity of mediation,

circulation, and appropriation of statistical information in the scope of the autism informational logos. The analysis is supported by the critical ontological approach of the concepts of "inform", by Menezes, and of informational subject, by Rendón Rojas. The sociopolitical dimension of the constitution of the autistic being is discussed within the universe of information and, therefore, of the necessary statistical measurement, here inserted in the macro-discussion of informational mediation. Under this dimension, we associate to statistics the category of information use "constitutive of society", proposed by Braman. The notion of information from Dantas, Wilden and Vieira Pinto, as well as the critical thinking in demography of the latter, encompasses the circulation and social appropriation of statistics. This complex of approaches and authorships leads to the metaphor "State of mediation" to discuss the "informing" of the autistic condition in the polis, allowing us to identify that the Census requires complementation by other sources for the circulation of information to provide the desired visibility to autism even if immersed in the macro political representation of existences.

Keywords: mediation; circulation; census; autistic population; informational being.

1 A CONDIÇÃO AUTISTA COMO DESAFIO CRÍTICO AO “ESTADO DE MEDIAÇÃO”

A quantificação e a caracterização das pessoas sob a condição do Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem lacunas das estatísticas oficiais brasileiras no contexto da necessária mediação da informação voltada à população autista, perpassando instituições informacionais, Estado e sociedade civil. Tal mediação guarda a complexidade inerente ao tema tratado, sendo que influencia e é influenciada pela circulação de informação no País.

Preenchê-las é consistente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), encampados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o TEA é alvo de atenção para além das fronteiras nacionais. De acordo com o Centro de Controle de Doenças (CDC), a prevalência do TEA é de uma a cada 54 crianças em território estadunidense. O órgão aponta também que a coleta nos levantamentos estatísticos indica sub enumeração por influência de aspectos sociais e não biológicos, como o caso de cidadãos hispânicos residentes no País.

Segundo o monitor global *Spectrum News*, a maior parte do continente africano e a Rússia, na Ásia, em que pese a extensão territorial, não possuem estatísticas oficiais acerca do autismo¹. O Reino Unido, por sua vez, realiza o mapeamento desde os anos 1960, a Austrália desde os 1990, e a Itália conta com o Observatório Nacional sobre Autismo, uma iniciativa do Ministério da Saúde². O Brasil registrou a população com deficiência no primeiro Censo, realizado em 1872. A lei determinante da contagem desses indivíduos ocorreu em 1991 e os últimos dados censitários publicados são de 2010. O TEA foi considerado uma deficiência, no

¹ Disponível em: <https://prevalence.spectrumnews.org>. Acesso em 19 mai. 2021

² Disponível em: <https://osservatorionazionaleautismo.iss.it>. Acesso em 19 mai. 2021

País, em 2012. Em 2019, a sociedade civil se mobilizou para que o TEA fosse incluído na realização de 2020 do Censo Demográfico brasileiro que propiciaria, além da quantificação, a caracterização dos indivíduos segundo gênero, cor ou raça ademais de rendimentos. Em que pese a incontestável necessidade por informação, o objetivo aqui proposto é o exame da suficiência do levantamento censitário, instrumentalizando a identificação dos autistas e a circulação da informação, como fonte de dados adequada à enumeração e qualificação desses indivíduos. Em outras palavras, observa-se a investigação no Censo como parte crítico-aplicada de um “Estado de mediação”, construto aqui explorado em que os instrumentos mediadores abarcam as estatísticas.

O caso brasileiro guarda uma peculiaridade: o posicionamento das equipes de especialistas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem indicado que a investigação ocorra através de pesquisas amostrais em que os resultados de quantificação se expressariam sob a forma de estimativas, utilizando-se métodos probabilísticos. Tais pesquisas permitem a aplicação de questionários que comportem maiores especificidades, possibilitando a caracterização das pessoas na condição de autistas com maior acurácia, construindo dados que propiciariam a circulação da informação mais adequada à tomada de decisão governamental sobre o autismo.

Apesar dos argumentos técnicos apresentados (QUINTSLR; MALIN, 2019), foi sancionada a Lei nº13.861/2019³, que define a inclusão de pergunta(s) no Censo 2020, ora transferido para 2022 devido à pandemia causada pelo novo coronavírus. É atrativa a cobertura universal do levantamento censitário, embora acarrete risco de imprecisão porque não há espaço para detalhamento do tema na investigação censitária, uma vez que, segundo o IBGE, corresponderá a uma pergunta simples sobre a existência de pessoa residente no domicílio diagnosticada com o TEA.

Assim, a abordagem escolhida para o levantamento impacta diretamente o desenho da presença do TEA em solo nacional, bem como a criação e adoção de políticas públicas referentes às pessoas autistas e sua rede de apoio. Em outros termos, a mediação da informação produzida sobre e para a pessoa inserida sob o TEA evidencia uma complexidade, que passa, estruturalmente, pelo diálogo sob e sobre a metodologia para a construção das estatísticas. Nesse horizonte, cabe mobilizar o potencial de contribuição da Ciência da

³ Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso em 19 mai. 2021

Informação (CI) com o debate, tendo em vista as contradições e complexidade da mediação, da circulação e da apropriação da informação inerente à condição de autismo e sua associação com a produção de informações pelo Estado.

Neste estudo são marcantes duas dimensões: a primeira, crítico-ontológica, destaca a compreensão do autista como sujeito informacional e a vinculação com a linguagem; a segunda, sociopolítica, que diz da inserção na *pólis*, do poder, do Estado e da informação circulante. Tais dimensões são aqui amalgamadas na metáfora “Estado de mediação” de inspiração otletiana, apresentada a partir de diferentes contribuições autorais.

O ponto de partida para a dimensão crítico-ontológica está em Rendón Rojas (2018) para quem, por ser um ente cultural, o ser humano não vive fora da informação, indicando, assim, sua estrutura ontológica na e para linguagem como ser informacional. Ratifica a assertiva do “não-fora” da linguagem nos estudos de mediação, ou seja, não existiria uma prática mediadora, nem circulação e apropriação da informação externa à linguagem. Tal “não-exterioridade” linguística estaria ancorada na estrutura da filosofia da linguagem ordinária, como também na tradição analítica – Círculo de Viena -, como movimentos epistemológicos do Século XX que incidiram nos modos de compreensão da realidade social pela via da intervenção da linguagem mais de um século antes de uma geração interconectada mundialmente pelas redes numéricas (digitais).

Se é imperativa ao ser informacional a linguagem para sua constituição, qual seria o lugar do indivíduo autista na sociedade? Ao retratar informação como um conceito-passagem, um operador de relação, a possibilidade de dar a forma (*informatio*) ou privar a forma (*informis*), Menezes (2017) ilumina essa questão. Se por estar fora dos documentos oficiais, portanto, sem forma dentro do *informatio* e socialmente considerado sem discurso, portanto, *informis*, como pensar o autista como ser informacional? Na busca do *informatio*, como se viu, as estatísticas obtidas dos censos são o caminho apontado na legislação brasileira vigente.

Às estatísticas, correspondem dois enfoques. O primeiro diz respeito às técnicas e metodologias das quais resultam o constructo estatístico e os meios de circulação da informação. O segundo, refere-se à seleção dos tópicos que compõem as agendas estatísticas, à interpretação de resultados, aos seus usos e respectivos impactos sobre diferentes atores sociais, associando-se à mediação e apropriação sobre a informação circulante.

Este segundo enfoque é aderente à dimensão sociopolítica proposta para o presente estudo que recorre à categorização de usos da informação elaborada por Sandra Braman,

visando abordagens da política em informação. Olhares epistemológicos são trazidos através dos conceitos de informação que abarcam seu entrelaçamento sociotécnico, destacando materialidade e valor de uso, no sentido de determinação de “para quem” e “para o quê” é a informação. Vieira Pinto, Dantas, Wilden, ademais de, mais uma vez, Menezes e Rendón Rojas, bem como o pensamento crítico de Vieira Pinto, são visitados sob essa perspectiva.

Por fim, as dimensões crítico-ontológica e sociopolítica produzirão reflexões sobre um dado “Estado de mediação”, veículo das potências de transformação via um ser informacional, em que a condição autista se colocou como uma das tantas chaves tênues para abrir as janelas críticas de compreensão do que é mediado (ou não) dentro do mundo informacional.

2 A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO INFORMACIONAL: O INFORME COMO CONDIÇÃO

Ao considerar a representação informacional do TEA em dicionários de diferentes épocas, encontramos a descrição de indivíduos embotados, desconectados da realidade, ou seja, em um estado anômalo de mediação pública. Tais definições foram construídas devido à importância da linguagem como categoria diagnóstica. O TEA é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento que resulta, dentre outros fatores, em déficits na comunicação e interação sociais. O grau de funcionalidade da linguagem, aliada à avaliação de desenvolvimento cognitivo e sinais comportamentais, resultará em diferentes retratos de casos clínicos. De acordo com dados do *Autism Speaks*⁴, relevante instituição sobre autismo nos Estados Unidos, estima-se que 40% dos autistas são considerados não-verbais.

O que significa ser não-verbal em uma sociedade da fala e da escrita? Menezes (2017) recorda que a linguagem diz respeito ao mecanismo que expressa a realidade na medida em que legitima o “*citadino da cidade*”, isto é, movimenta os lugares de discurso da *pólis*, e ao se “reduzir as possibilidades inclusivas do *logos no logeion* (lugar de discurso)”, se “cria os *aneu lógon*, os sem discurso” (MENEZES, 2017, p.53). Considerando a relevância da linguagem em seu aspecto político discursivo tal qual na *pólis* da retórica e a necessidade de informação advinda do ser informacional em uma dada *pólis*, um Estado, detentor de intencionalidade em sua busca inevitável de ator social e cultural, partindo do modelo de linguagem que opera via signos linguísticos, o ser autista considerado não verbal é um não-ser e seu lugar é o do não-discurso. O ser que não compartilha formas de comunicação comuns seria o ser que não se

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3hFjA4i>. Acesso em: 19 mai. 2021.

expressa, não pertencendo a este mundo, mas a outro, talvez a um próprio. É objetivamente, pois, excluído do princípio de partilha democrática dentro da própria estrutura sociotécnica edificada pelo Estado, ou seja, da mediação fundada pelo Estado em seu papel de representação social.

Rendón Rojas (2018) revisita as principais tradições da história da filosofia para construir o conceito de sujeito informacional baseado no questionamento ontológico do Ser. Para ele, o conceito de ser informacional é o fundamento ontológico da CI enquanto área do conhecimento, na medida em que o único ser que constrói seu próprio Ser, é consciente de si próprio e outorga sentido ao mundo ao seu redor, se apropriando da natureza, é o ser humano que, nesse contexto, produz informação sobre as coisas do mundo mediante linguagem.

Ainda, para Rendón Rojas, apoiado em Marx, o documento seria o substrato material e concreto da informação. Sendo o documento a manifestação empírica da informação, torna-se também o real concreto no seio do desenvolvimento dialético da CI (RENDÓN ROJAS, 2018), centralmente na Modernidade tardia, ou seja, a partir do século XIX.

Da perspectiva ontológica, Menezes (2017) sinaliza que o documento como categoria inicial e essencial de análise proposta por Rendón Rojas (2018) estaria relacionado ao pensamento neodocumentalista, que afirma que a informação não existiria na mente do sujeito ou seria representada como necessidade informação do ser, mas materializada enquanto documento. Na concepção de Menezes, os neodocumentalistas não levaram em conta o Tratado otletiano, que define o livro como matéria amorfa, potência de significar ou não significar o plano de imanência que lhe é próprio (MENEZES, 2017).

Nesse aspecto, Rendón Rojas (2018) e Menezes (2017) concordam que, por documento e texto, não se compreende apenas o suporte da linguagem escrita, mas “toda realidade que seja captada pelos sentidos”, porque “nos conduz a um texto que pode ser interpretado” (RENDÓN-ROJAS, 2018, p.52). Mas, o documento existe no bojo da cultura como um produto condicionalmente social, com seu valor de uso como a mercadoria marxiana. Portanto, apesar de o documento ser o substrato concreto da informação (para Rendón Rojas), o documento não contém a “informação em si”, apontando-a apenas, o que ressalta, especialmente no que concerne ao autismo, a dimensão dialógica e a dimensão ética da mediação da informação, destacadas em (Gomes, 2014). Essa dialética está igualmente formulada entre os anos 1960 e 1970 na obra pós-otletiana de Robert Estivals (1981) – em

outros termos, a dialética do documento e da escrita como questionamentos centrais da epistemologia informacional.

A busca por uma “explicação marxista” do documento acompanha, pois, na via estivalsiana, 50 anos de reflexão entre economia, política e sociedade. No olhar de Estivals (1981), é sob a perspectiva histórica do circuito – ou da circulação – do documento que se pode observar a condição dos sistemas contraditórios de produção do conhecimento no estado capitalista. Os circuitos do documento, criticamente investigados, revelam as infraestruturas de exclusão – como o caso refletido aqui na comunidade autista. Fenômeno, e nunca substância, o documento só existe, segundo a dialética estivalsiana na relação entre sujeitos e reflete aquilo que “ensina” – aquilo que (pode) incluir sujeitos no estado democrático. Tal Estado, no entanto, não pode se dar, no ângulo aqui discutido, sem a mediação – em outros termos, a representação social não se sustenta, nos feitos e efeitos democráticos, sem o exercício permanente de um “Estado de mediação”, donde entraria toda a ontologia social de um *logos* informacional presente na centralidade “política” de Otlet.

Cabe rever o pensamento otletiano para refletir sobre o “Estado de mediação”. Em seu Tratado de Documentação, Paul Otlet (1934), antes de propor uma *episteme*, ou repensar a construção de um campo, apresenta um dado “relatório” de 40 anos de trabalhos de “mediação política”. Inclui a preocupação com a circulação das estatísticas ou, em grande medida, a atenção com os construtos da mediação sociotécnica dos dados estatísticos. De modo frontal, declarada e registrada, é uma condição de internacionalização do “político” o projeto de tessitura de uma *episteme* dita Bibliologia: a obra otletiana é uma das estruturas da ONU e não só fornece métodos para sua constituição, no pós-Segunda Guerra Mundial, como concebe e constitui, junto de parcerias locais e continentais, nacionais e mundiais, a materialidade de instituições que sustentarão a macro organização, como a Liga das Nações e a agregação de diferentes instâncias civis. As infraestruturas de mediação sociotécnica são, nesse sentido, exercícios teóricos aplicados no diálogo – a diplomacia no sentido documental e militar – entre as nações.

Uma das potenciais limitações e, ao mesmo tempo, aberturas tecidas pela neodocumentação, ou seja, pela retomada pós-estruturalista de origem anglófona da tradição documentalista sobre mediação encontra-se, justamente, na percepção de como a obra otletiana nos coloca no centro de um “Estado de mediação”, um corpo múltiplo e multifacetado na *pólis* que só existe pela via da representação social, algo comum e

generalizado na teoria social, mas aqui, ou seja, a partir de Otlet (1934), fundado na e para uma metalinguagem – o reconhecimento do ser informacional dentro do pressuposto da linguagem e de suas camadas de representação sociotécnica.

Esses construtos presentes no Tratado de Documentação abrem uma vasta teoria política informacional, onde a mediação em seus múltiplos sentidos tem uma centralidade, incluindo a linha limítrofe de indagação sobre até onde vai um dado “Estado de mediação” e quem fica “de fora” de sua “constituição”. Por exemplo, onde está, em um dado “Estado brasileiro de mediação”, a pessoa diagnosticada com autismo?

3 O *INFORMATIO*: ESTATÍSTICAS OFICIAIS SOB A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA

A metáfora-ferramenta do “Estado de mediação” é, ao contrário do que pode parecer, via uma epistemologia histórica, uma estrutura da própria construção do campo informacional, como é o caso da obra otletiana. A leitura realizada por Menezes (2017) retoma a máxima da hermenêutica da filósofa Bárbara Cassin: o ser como um efeito do dizer. No âmbito de um “Estado de mediação” e nos circuitos estatísticos de mapeamento demográfico, a descrição do povo, a escrita da gente, só se concebe via mediação de um “estado de coisas-língua”, instrumentos de metalinguagem que dizem ou não (ou seja, dão onticidade ou não), ao indígena, à mulher negra solteira, à população autista, por exemplo, “informados”, ou seja, sem forma, sem alma, “sem ser”, em um dado “Estado de mediação”.

Para existir, o indivíduo na condição autista necessita da gramática comum, atravessada, conforme a história do campo demonstra, pela documentação – e todas as práticas de mediação sociotécnica permitidas e só permitidas por essa documentação. A crença na ausência delas levaria a inserir os autistas justamente para os não-representados nas metalinguagens, aqueles fora da gramática, fora das políticas públicas.

Sob esse enfoque, o mapeamento censitário não é apenas contagem de indivíduos para um registro público. É, nesse entendimento da linguagem, a conferência de existência do ser. Se na visão neodocumentalista informar é dar a forma, materializar as informações é também materializar os enunciados acerca do objeto documentado. Logo, mapeamento censitário não é uma atividade neutra. O que perguntar, como perguntar e que palavras utilizar molda um dado discurso ou, em última instância, não dá margem para outras possibilidades de respostas.

Na investigação do autismo exclusivamente através da única pergunta no Censo, duas alternativas podem ocorrer: o indivíduo já constaria nos registros administrativos por possuir laudo médico ou seria estabelecida a autodeclaração, sob a suposição de que o declarante seja verbal e expresse conhecimento acerca de sua condição como autista. Considerando o cenário em que a pessoa autista não seja inquirida, mas sim, seu responsável, infere-se que o respondente conheça os sintomas e saiba o que é, de fato, autismo. Em qualquer opção, haverá apenas um extrato de prevalência, mas não de medição de exclusão social, visto autismo ser um espectro inconcebível em uma pergunta com resposta binária. Nesse sentido, as fragilidades potenciais do mapeamento podem ser uma falsa forma (e não a sua simples negação). Daí a crítica meneziana em torno da leitura moderna de informação como *informatio*, ou “dar a forma a algo”, pois, no fundo, não está descolada do “dizer algo a alguém”, limitando-o.

As reflexões sobre o “Estado mediação” aqui propostas podem não resolver esse impasse epistemológico, mas podem se beneficiar de sua exposição, até porque, como será visto, há confluências entre as diferentes epistemes exploradas. As observações que seguem avançam sobre a dimensão sociopolítica referida ao desafio posto às estatísticas oficiais na construção de mensurações referidas à população autista. Estado e poder necessariamente configuram essa abordagem.

O poder informacional, identificado por Braman (2006) como o quarto tipo de poder exercido pelo Estado Informacional que a autora considera vigente, corresponde, para a autora, à gestão e ao manuseio das bases informacionais relacionadas aos demais três tipos de poder classicamente definidos (instrumental, estrutural e simbólico). Decisões sobre a escolha por incluir ou não, nas agendas estatísticas, o autismo, estão no âmbito do exercício daquele quarto poder que implica consequências, por exemplo, sobre o desenho e condução de políticas públicas para o atendimento aos autistas. Tais elementos têm no Tratado de Documentação – e nos discursos otletianos no período entre as Grandes Guerras Mundiais – uma estrutura de fundamentação empírica sobre como se constitui o “Estado de mediação”, incluindo a simbólica da gramática do mundo no papel da atuação do Livro – em maiúsculas, a grande enciclopédia viva, ambulante, intencional e política, de transformação, mas também de massacre da sociedade.

A produção de estatísticas oficiais sobre o autismo, através de Censos, pesquisas amostrais, registros administrativos ou, mais recentemente, de *big data* conectado a

algoritmos, decorre de decisão de política que produzirá impactos sobre a voz cidadã de autistas e familiares – mediar ou não mediar esse ou aquele grupo social. A circulação desses dados possibilita a mediação coerente, por exemplo, para a dignidade, ou para o uso objetivo e franco para o mal, para aniquilação ou negação de comunidades. Cabendo reforçar, a necessidade de espaços protetivos, especialmente de grupos sociais mais vulneráveis no âmbito da dimensão ética da mediação informacional (GOMES, 2014).

Como se espera suprir a lacuna informacional sobre o autismo através dos Censos Demográficos, importa resgatar proposições de Vieira Pinto (1973, p. 29), que aponta a dialética como o modo de observação científica que permitiria aos demógrafos a, de fato, se apropriarem das complexas dimensões sobre a população que mensuram e cujo conhecimento organizam, estabelecendo, assim, possibilidades de mediação sociotécnica para tomadas de decisão.

Está presente no autor uma perspectiva social que se configura na identificação do objeto da demografia e sua mediação estatística biopolítica – afinal, são corpos-vidas aqui identificadas -, observando-se uma aproximação ao sujeito informacional de Rendón Rojas.

Claramente, o objeto da demografia é a população humana, sua situação e sua dinâmica; mas sob a força de repetir a palavra população, o demógrafo insensivelmente esquece que o elemento constitutivo das populações humanas é o homem, e, portanto, ele deve ser o objeto real e último da demografia (VIEIRA PINTO, 1973, p. 16-17)

E insere a demografia como ciência social porque seu objeto é a sociedade em transformação e, ao final, nas palavras dele, o “homem”. Este próprio sujeito, a sociedade, cria a própria a demografia, por viabilizar todo o aparato sociotécnico nela envolvido.

A demografia se constitui em ciência social por duas de suas características fundamentais. De um lado, porque seu objeto é uma comunidade social em transformação, e por outro, porque seu sujeito é o agente que a cria e organiza como ciência, é a própria sociedade, personificadas por seus cientistas especializados, pelas instituições existentes com esse fim, pelos recursos econômicos que destina às operações censitárias, nos realizadores que mobiliza para a coleta dos dados básicos (VIEIRA PINTO, 1973, p.105).

Essas reflexões de Vieira Pinto, combinadas à citada similaridade com Rendón Rojas, conduzem ao entendimento da CI, mas também da construção dos aparatos das estatísticas oficiais em geral, como ciências do humano para e sobre o humano. Mas o que dizer da informação que circula a partir das operações estatísticas, censitárias ou não?

Na seção anterior, foram exploradas concepções de informação sob a perspectiva do sujeito informacional e da sua relação com a linguagem, bem como a partir do neodocumentalismo. Para estudos no campo da política de informação, Braman (2006) recomenda identificar a acepção de informação pertinente. Cabe aqui seguir a indicação da autora no que tange às estatísticas oficiais e as decisões, indubitavelmente do âmbito da política, atinentes à mediação, circulação e apropriação da informação referida ao contingente populacional autista.

A autora ilustra a pertinência de sua recomendação a partir de um exemplo simples, tomando “o caso particular de filmes e programas de televisão, que podem ser percebidos como “mercadorias” ou como “fluxo internacional de cultura”, duas visões que implicariam avaliações e ações políticas de informação totalmente distintas” (BRAMAN, 2006, p. 9), em que pese estar em consideração o mesmo suporte físico da informação. Avançando mais a autora, ciente das múltiplas acepções de informação que permeiam o campo da CI, ela sugere a adoção de categorias de usos de informação para o lidar com as políticas. Associa tais categorias a distintos níveis de complexidade social e político implicados no uso da informação. Define seis categorias, as estatísticas oficiais se ajustariam a algumas delas, mas se elege aqui, para tomar em consideração a decisão política sobre a mensuração estatística da ocorrência do TEA, aquela que Braman definiu como a mais complexa, a “informação constitutiva da sociedade”, porque trata-se do uso que afeta a sociedade de forma abrangente, com o envolvimento das mais diversas relações de forças presentes no meio social.

Enfrentando o impasse epistemológico sinalizado no início desta seção, são aqui privilegiadas vertentes teóricas de reflexão sobre a informação que retomam o sentido consolidado (embora, segundo a perspectiva teórica trazida por Menezes, anti-etimológico, ou seja, alterando em polo oposto o sentido) do termo: “dar forma” (DANTAS, 2012; CAPURRO; 1992), ajustado aqui, no entanto, para o enfoque da mediação, em que dialogicamente a forma é construída, com aproximação ao sujeito informacional, respeitada a sua meta expressão da realidade, ainda que sob o uso de linguagens alternativas às normas vigentes.

A adequabilidade das acepções aqui pontuadas às estatísticas oficiais guarda consistência com os enfoques dialético e de caráter constitutivo da sociedade anteriormente abordados que, tanto quanto Menezes, rejeitam ou minimizam o dizer no lugar do outro e, ao mesmo tempo, estabelecem a circulação de informação como resultado dos processos de mediação e apropriação, para os quais o valor de uso é central.

Em se tratando das estatísticas oficiais é relevante o reconhecimento de que é inerente à informação a existência de um meio físico no qual é armazenada ou através do qual é transmitida ou revelada. O meio físico em que a informação se expressa se coloca para as estatísticas oficiais sob diferentes formas: bases de dados, documentos, relatórios, planilhas, publicações através de diferentes mídias, ou seja, a mencionada teia de aparatos sociotécnicos de mediação construída para informar e para produzir mais e mais informação.

No âmbito da dialética da informação, Dantas (2012) cita que “não haverá informação, se “alguém” não *agir* visando extraí-la dos fatos ou elementos. Perceber a informação como relação vai ao encontro da afirmativa de Vieira Pinto de que a informação se constitui no próprio “ser existencial do homem” (VIEIRA PINTO, 2008, v. 2, p. 31), aceção similar à que Capurro (1992) adota para construir o enfoque pragmático sobre a informação.

Vieira Pinto, por sua vez, apresenta ainda uma lógica para a informação social que é consistente com a abordagem pretendida para as interações que envolvem as estatísticas oficiais que as conecta com o “Estado de mediação” aqui identificado. O autor alerta que “tensões, contradições e história da própria humanidade são elementos inerentes a esta lógica” (VIEIRA PINTO, 2008, p.242). Mais ainda, aponta para diferentes interesses e perspectivas no contexto humano. “A informação será distribuída conforme a “desigualdade interna à espécie” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 242). Afirmativa consistente com o grupo populacional aqui sob estudo e sua “não forma” ainda prevalecente nas estatísticas oficiais brasileiras.

Há diferenças e semelhanças entre as construções teóricas de Vieira Pinto (2008) e de Wilden (2001b). Elementos como onipresença, totalidade e informação vistos como relação para a mudança são identificados nas proposições conceituais de ambos os autores. Estes aspectos mostram aderência ao papel das estatísticas oficiais em sociedade, ou, em termos documentalistas – sob um estruturalismo ainda hoje central para discussão dos “informes”, dos fora das metalinguagens do “Estado de mediação” –, diríamos: a materialidade das estatísticas oficiais, sua concretude na existência como traços que fundam gramáticas na *pólis*, sem as quais não há mediação. Por outro lado, se não houver atenção à face dialógica e à face ética da mediação essa concretude e conseqüente circulação de informações, tanto podem inexistir, como encerrar forma tão imprópria quanto o prosseguir do informe.

Em Wilden (2001b) são examinadas as abordagens quantitativa e qualitativa para a informação. A primeira, baseada na teoria do sinal de Shannon e Weaver⁵, leva em conta uma única forma do que associa a valor de troca que se constitui, para o autor, na quantificação de informação que trafega num único canal de comunicação, que conecta um único emissor a um único receptor. Em sua abordagem qualitativa, Wilden abarca diversos valores de troca ou tipos de caracterização da informação (monetário, social, simbólico, entre outros) e simultaneamente se ocupa do valor associado ao seu uso (informação, para o que serve e quem dela usufrui), como antecipado, numa aproximação com Rendón Rojas.

No que concerne às estatísticas oficiais, sob o conceito qualitativo de Wilden (2001b), são características inerentes à metodologia de construção ou de cálculo e às formas físicas segundo as quais as estatísticas são disponibilizadas, correspondentes ao seu valor de troca. O valor de uso contemplado pelo autor nessa abordagem qualitativa abarca as dimensões de uso e interpretação das estatísticas. Enfim, o conceito qualitativo de informação de Wilden cobre elementos constituintes essenciais do “Estado de mediação”, inspirado em Otlet.

O elo crítico desenvolvido aqui, pois, reencontra o dilema sociocrítico da representação na mediação, nas políticas de mediação e suas estruturas (como a estrutura estatística), que demandam a práxis para transformação na atenção à dignidade, como no âmbito da população autista aqui iluminada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar as lacunas existentes, a construção do indivíduo autista como sujeito informacional e as duas dimensões atribuídas à análise da mensuração estatística por meio dos teóricos supracitados, percebemos a construção da produção de uma vida artefactual sociotécnica complexa para medição de fenômenos dinâmicos, fundada na mencionada condição de um “Estado de mediação”, uma força Necessária – via uma leitura do sentido filosófico de Necessidade pelas lentes do projeto democrático da Modernidade tardia – para formalização de conceitos da vida pública, como dignidade.

Os artefatos, os aparatos sociotécnicos de mediação, como classificações estatísticas e o conjunto de listas, gráficos, relatórios, pareceres, fundamentam uma teia de relações que dão a existir e a viver, conferem a condição política – o direito de “ser” na cidade, na *pólis* –

⁵ SHANNON, C.; WEAVER, W. A teoria matemática da comunicação, (1975 [1949]). Rio de Janeiro, RJ: Difel

do ser informacional, o que pode ser reconhecido nas leituras de Menezes e Cassin, por exemplo, bem como na “virada linguística” presente no pensamento de Rendón Rojas.

O “Estado de mediação” é agora significado: uma dupla significação permitida por nosso vernáculo da palavra “estado”. De um lado, o que é passageiro ou condicional, e ao mesmo tempo dinâmico e transformado-transformável: o estágio, o tempo-espaço em elaboração social e luta constante – aí, por exemplo, estão Vieira Pinto, Dantas e Wilden.

Do outro lado, um “Estado”, este, o projeto ousado, utópico, fracassado e ao mesmo tempo disputado e Necessário, do governo na Modernidade tardia, fundado na procura, ali, liberal, aqui, mais ainda, ou seja, neoliberal, por um ideal de representação via povo. Este “Estado”, sob as lentes desta reflexão, não avança, nem transforma a sociedade da qual é pretense fruto, sem um fundamento crítico-ontológico do ser na linguagem, como acima dito. Logo, o “Estado de mediação” é passante e passagem, é o veículo das potências de transformação via um ser informacional.

A lacuna existente sobre população autista dificulta a construção das possibilidades de mediação da informação sobre tais indivíduos, sobretudo distante é a perspectiva crítica de apropriação e aplicação para a realidade dessa população. O TEA encontra-se em um dilema conceitual com impacto empírico direto: se não há documentação, permanece fora do discurso e, conseqüentemente, fora das relações políticas e democráticas do mundo concreto, não sendo “*citadino* de sua cidade”, conforme expressão agambeniana. Por outro lado, ao informar-se (receber a forma) de uma dada estrutura documental (e também documentária), no caso específico do Censo, tal estrutura será tecida por terceiros, na figura do Estado enquanto produtor e feitor de formas-informação, com sua própria intencionalidade que pode diferir, conforme vimos, da intencionalidade e da necessidade de informação (e de políticas públicas) dos cidadãos documentados em questão.

Alguns dilemas inerentes ao universo autista se tornam mais evidentes com a proposta de levantamento censitário, através de uma pergunta simples baseada em diagnóstico pré-existente, insuficiente para os especialistas do IBGE, que ao reconhecerem a complexidade da captura do TEA, sinalizam para levantamentos mais detalhados, possíveis apenas se o “Estado de mediação” agir sob uma perspectiva dialógica e ética de troca com o sujeito informacional.

REFERÊNCIAS

BRAMAN, Sandra. **Change of state**: information, policy and power. Cambridge, MA: MIT Press. 2006.

CAPURRO, Rafael. What is Information Science for?: a philosophical reflection, In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**, London; Los Angeles: TaylorGraham, 1992, p. 82-96.

DANTAS, Marcos. **Trabalho com informação**: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital. Rio de Janeiro, RJ: CFCH/ECO-UFRJ, 2012. Disponível em www.marcosdantas.pro.br. Acesso em: 03 jun. 2021.

ESTIVALS, Robert. A dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia**. UFMG, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75995>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46 - 59, maio/ago, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.phuyp/res/v/34319>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MENEZES, Vinícios S. **Rasum tabulae**: um limiar metafórico-escritural dos estudos da informação ou, Le Livre. 306 f. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/944>. Acesso em: 03 jun. 2021.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.

QUINTSLR, Marcia; MALIN, Ana. Autonomia institucional e Censo 2020: olhar da política de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]** Santa Catarina: UFSC, 2019. Não paginado. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1140/757>. Acesso em: 05 jun. 2021.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **La lógica del sistema categorial de la ciencia de la información documental**: um acercamiento dialético. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **El Pensamiento Crítico en Demografía**. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE), 1973.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

WILDEN, A. **Informação**. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, v. 34, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 11- 77, 2001b.

FINANCIAMENTO

A pesquisa parcialmente financiada pelo Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação • ENANCIB 2021

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021
